



Os desejos agora são recordações: marxismo, memória e escrita da história no século XXI¹

Lucas Augusto Duarte de Oliveira²

A cidade sonhada o possuía jovem; em Isidora, chega em idade avançada. Na praça, há o murinho dos velhos que veem a juventude passar; ele está sentado ao lado deles. Os desejos agora são recordações.

Italo Calvino

Escrever história no século XXI

Quando se chega a Isidora, cidade invisível imaginada por Ítalo Calvino em sua obra prima (CALVINO, 2015:12), os desejos tornaram-se já lembranças, vontades antigas transformadas em recordação. Sentado diante delas, o viajante junta-se aos mais velhos para observar a passagem do tempo e das coisas. Utopias de antes perderam sua concretude, convidam agora a uma observação melancólica do vivido. No exercício de suas investigações, o historiador do tempo presente pode achar-se diante de paisagem semelhante: no confronto com um passado do qual foi por vezes testemunha, ou a respeito da qual nutriu expectativas e rechaços, depara-se com o desafio metodológico de enquadrar adequadamente as complexas relações entre memória e história. Parte viva nesse cenário, seu trabalho é atravessado pelas fraturas e transformações políticas e sociais ocorridas ao longo do tempo, constituintes do contexto no qual se insere, e que interferem inexoravelmente em sua produção.

A partir dos anos 70, a consistência científica da história, projetada de forma original pelos *Annales*, afirmada também em seu método pelo materialismo histórico, foi enfrentada vigorosamente desde diversos pontos de vista. Trabalhos como os de Paul Veyne (1971),

¹ Gostaria de agradecer aos participantes do GT Marxismo e História pelos comentários e questionamentos ao texto realizados no momento de sua apresentação.

² Mestrando em História Social pelo Programa de Pós Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)/ Professor da Secretária de Estado de Educação do Distrito Federal



Hayden White (1973), e Lawrence Stone (1979), levaram ao limite a reflexão sobre o papel da narrativa na produção do conhecimento histórico, procurando questionar muitas das perspectivas epistemológicas vinculadas à modernidade, dentre as quais o marxismo. Prenunciando a introdução no campo da historiografia de uma preocupação obstinada para com a problemática da linguagem, condensada no que ficou conhecido como *giro linguístico*, o “retorno à narrativa” foi, e ainda é, motivo de inúmeras controvérsias historiográficas. Apesar de não mencionar os fatores políticos que serviram para alimentar essas dúvidas, nem fazer referência ao contexto onde se insere a decepção à qual se refere, Jacques Revel sugere que essas discussões trazem em si elementos que traduzem uma profunda “decepção face ao projeto de uma história científica inspirada no modelo das ciências da natureza”(REVEL: 2010), que não pode ser apreendida fora do “momento de dúvida epistemológica que a história atravessa há uns quinze anos”.

Essa aproximação ao discurso veio acompanhada de desdobramentos significativos. Ressaltando as distintas formas de apreensão da realidade por parte dos indivíduos, a importância da linguagem na mediação das experiências vividas, e do seu próprio trabalho, e nas mais das vezes em franca oposição às leituras totalizantes dos processos sociais, uma parte da historiografia viu-se cada vez mais centrada nas subjetividades, operando “uma revalorização da primeira pessoa” (SARLO: 2007) nas suas interpretações sobre o passado. Esse processo foi definido por Beatriz Sarlo como *guinada subjetiva*, ou seja, um momento em que “as identidades dos sujeitos voltaram a retomar o lugar ocupado, nos anos 1960, pelas estruturas”. Nesse sentido, os abalos sofridos pela historiografia a partir dos anos 70, informados em grande medida pelo giro linguístico e pela guinada subjetiva, posicionaram no cerne de suas preocupações as individualidades dos sujeitos, através de uma ênfase contumaz no “discurso e na diferença, ou na natureza fragmentária da realidade e da identidade humana” (WOOD, 2013: 38. Tradução Livre), fornecendo as bases que têm sustentado o interesse, por exemplo, pela história oral e pelo estudo da memória.

A maioria das reflexões decorrentes dessa leva de questionamentos deriva de uma crítica ferrenha ao universal, de um desconforto para com a racionalidade científica e do abandono peremptório de um horizonte de emancipação – “estar depois dos argumentos de classe” (HELLER & FEHÉR, 1989: 152). Esses elementos, componentes basilares do



chamado pós-modernismo (COELHO, 2005: 356), marcaram fortemente o ambiente intelectual onde se erigiu o interesse pela memória nos estudos sociais contemporâneos. Numa autorreferenciada busca pela “pluralidade de discursos”, autores vinculados às proposições pós-modernas decretaram “a queda da grande narrativa”, entendendo-a como “um convite direto à coabitação entre várias narrativas pequenas (locais, culturais, étnicas, religiosas, ideológicas)” (HELLER & FEHÉR, 1989: 152-154). Ao mesmo tempo, operaram o já mencionado abandono de horizontes emancipatórios, mais ou menos nos termos definidos por Agnes Heller e Fehér:

Qualquer tipo de política redentora é incompatível com a condição política pós-moderna. (...) A limitação pós moderna ao presente como nossa única eternidade também exclui os experimentos com “saltos no nada”, quer dizer, as tentativas de transcendência *absoluta* da modernidade. Ao mesmo tempo, esta condição política pós-moderna se sente terrivelmente incômoda com as ideias utópicas, inclusive de tipo messiânico, as quais lhe tornam vulneráveis aos compromissos fáceis com o presente (HELLER & FEHÉR, 1989: 152)

Não se trata de estabelecer vínculos mecânicos entre a emergência da memória como problemática privilegiada de análise da história contemporânea e a difusão do pós-modernismo no ambiente acadêmico. Tampouco é possível ignorar totalmente as correspondências teóricas e cronológicas que marcam seu surgimento. Não por acaso, essas transformações na forma de abordar o passado, de compreender a história de modo geral, coincidem com radicais transformações no cenário político internacional, desde os anos 1970, mas principalmente a partir da década de 80. Isso não quer dizer, é claro, que a problemática da memória tenha sido assimilada apenas em estudos simpáticos às formulações pós-modernas, mas é importante destacar o modo como estas e aquela ingressaram no ambiente acadêmico ocidental através do vulto legado pela “crise do marxismo” (FONTANA, 1998).

A irrupção da memória nas ciências humanas, e tão logo na cultura de massas, dava sequência à reviravolta intelectual do fim dos anos 70 conhecida



como “crise do marxismo”. Esta sincronia entre a ascensão da memória e o declínio do marxismo não é casual. O marxismo dominava as ciências humanas quando a *sociedade* era o seu indiscutível paradigma; o seu eclipse tornou-se quase completa nos anos oitenta quando o interesse moveu-se em direção à memória, uma transição consumada dentro dos marcos políticos da “revolução conservadora” (TRAVERSO, 2016: 78)

Assim sendo, a trajetória dos estudos centrados na memória – coletiva e/ou individual – viu-se desde o princípio sinalada por esses dilemas: a dificuldade de vincular o particular ao coletivo no trato com suas fontes, de inseri-los numa concepção de realidade caleidoscópica e fugaz; pela descrença nas possibilidades de transformação, orientada por uma *memória normativa* que impõe certa leitura desconfiada em relação aos vencidos de ontem; e pela dificuldade de desvencilhar-se de um presente dilatado de onde procede, quase exclusivamente, toda a inteligibilidade do passado (HARTOG, 2010: 7). Neste cenário, a história é resumida muitas vezes a um somatório de testemunhos, discursos sobre o passado de que a memória é portadora.

MARXISMO E MEMÓRIA

Deve ter-se em conta a influência da história sobre a própria memória, já que não existe memória literal, original e não contaminada: as recordações são constantemente elaboradas por uma memória inscrita no espaço público, submetidas aos modos de pensar coletivos, mas também influenciadas pelos paradigmas especializados (TRAVERSO, 2012a: 37)

Qualquer interpretação sobre os chamados usos políticos da memória, ou sobre os usos públicos do passado que não leve em conta os componentes ideológicos e as relações de poder que impactam decididamente sua constituição, arrisca-se a resvalar numa contínua reificação de experiências individuais, num somatório de particularidades incapaz de compor um todo inteligível ou, na pior das hipóteses, numa reprodução apologética de discursos fragmentados. A concepção de história vigente nas primeiras décadas do século XXI,



influenciada de maneira radical pelas rupturas ideológicas e políticas experimentadas sobretudo a partir de 1989 com a queda do muro de Berlim, traz no rechaço às lutas emancipatórias empreendidas ao longo do século XX, sobretudo sob a bandeira do socialismo, uma de suas marcas. O passado, impossibilitado de fornecer ao presente exemplos de luta e transformação, é tomado como um campo de ruínas, uma sucessão de tragédias. Os desejos de outrora já não passam de recordação.

Na introdução à edição italiana de *Zonenkinder* (HENSEL, 2009), Karin Birge Gilardoni-Büch relata um interessante episódio vivenciado pela escritora romena Simona Popescu, nascida em 1965, integrante de uma geração cuja infância transcorreria sob a ditadura de Nicolae Ceausescu. Após a publicação de suas memórias, Popescu conta ter sido abordada por um jovem crítico literário desapontado após a leitura de seu livro, perplexo quanto à “descrição de uma vida ‘normal’, depurada das experiências negativas ligadas ao comunismo”. Desorientando as expectativas daquele leitor, as lembranças da autora sobre seus primeiros anos de vida eram felizes. Em seu texto não havia nenhuma menção às paredes frias do realismo estalinista, nenhuma amargura imposta pelo silêncio coletivo, nenhuma menção a mortes e torturas: cenário esperado, repetido mil vezes nas representações contemporâneas sobre o período. Levado ao limite, o estranhamento do interlocutor de Popescu é sintomático de uma época que se recusa a reconhecer em seu passado algo mais do que uma ilimitada catástrofe.

A memória do gulag borrou a das revoluções, a memória da Shoah substituiu a do antifascismo, a memória da escravidão eclipsou a do anticolonialismo; tudo acontece como se a lembrança das vítimas não pudesse coexistir com a de seus combates, suas conquistas e suas derrotas. (TRAVERSO, 2012b: 296)

Ao longo do livro prefaciado por Gilardoni-Büch, Jana Hensel, enfrentando ela própria suas memórias de jovem nascida em 1976 e criada parcialmente na Alemanha Oriental, depara-se com a dificuldade de recuperar um período que “por muito tempo quisemos esquecer” (HENSEL, 2009:35). Um tempo que se havia tornado para quase todos pouco mais que uma anedota sinistra, sobre a qual os vitoriosos ouvidos ocidentais



esperavam ouvir apenas “um par de testemunhos originais, melhor ainda se com um ligeiro colorido dialetal”(HENSEL, 2009:53). Naquela altura, escreve Hensel, depois da queda do muro era preciso demonstrar a todos que se havia tomado distância do “mundo do leste”, que se havia aprendido a viver com mais estilo (HENSEL, 2009:75). Era preciso, então, negar este passado, entregá-lo a um silencioso esquecimento. Como afirma Traverso, depois de 1989, “não somente a memória prognóstica do socialismo foi interdita, mas o próprio luto da derrota esteve censurado.” (TRAVERSO, 2016: 27)³

Desvelando, talvez inadvertidamente, as coordenadas de um regime de memória muito atual, a escritora alemã sublinha que “de agora em diante seremos minoria e, para nós, a RDA aparecerá sempre mais distante, menor, mais quimérica, como se olhássemos no espelho retrovisor de um carro” (HENSEL, 2009:181). O movimento de um carro que se afasta perdendo de vista certos aspectos de um tempo vivido ilustra sensivelmente a *empatia seletiva* (TRAVERSO, 2012a:45) com que se tem abordado o século passado.

Toda a história do comunismo estava reduzida à sua dimensão totalitária, que aparecia como uma memória transmissível, até tornar-se uma representação compartilhada por todas as culturas políticas da nova era global. Obviamente esta interpretação não foi inventada em 1989; existia desde 1917, mas já se tornara uma consciência histórica comum, uma visão normativa do passado, o credo de todo bom cidadão hostil à violência, amante da liberdade e da democracia. (TRAVERSO, 2016:18)

Excluída do *moment memoiel* que marcou a passagem para o século XXI, não se encontra na tradição marxista uma formulação específica a respeito da memória (TRAVERSO, 2016). Em parte porque ela esteve presente em muitas ocasiões diluída no interior das reflexões de diversos autores sobre conceitos como tradição e ideologia. Em parte porque nos marcos de sua concepção dialética e revolucionária da história, o passado não

³ O texto aqui apresentado está fortemente influenciado pela leitura da obra mais recente de Traverso: *Malinconia di Sinistra*, ver referências. As citações estão traduzidas livremente para o português.



aparece fixado na fragilidade subjetiva das lembranças individuais, sendo percebido como uma memória conjunta que orienta a atuação das classes no presente em direção ao futuro. O passado, ainda quando repleto de derrotas, é assumido como parte de uma trajetória irrefreável na direção da libertação futura, numa marcha “que vai da opressão à emancipação, de um passado fosco a um futuro reluzente.” (TRAVERSO, 2016:80) A recordação dos que caíram “preparando o futuro”, contem a promessa de prosseguimento da luta. “O poeta está morto. Viva a poesia!”(TROTSKY, 1969:221). A esperada vitória seria, nessa perspectiva, composta também pelo acúmulo das derrotas passadas.

Por isso, em texto de 1926, Trotsky opõe a conduta revolucionária à decidida recusa dos futuristas pelo passado. Porque não assume certas tradições como uma fotografia imóvel de épocas remotas, mas como um elemento ativo indispensável à transformação do presente:

Nós, marxistas, vivemos com as tradições. Nem por isso deixamos de ser revolucionários. Estudamos e guardamos vivas as tradições da Comuna de Paris, mesmo antes de nossa primeira revolução. Depois as tradições de 1905 a elas se somaram, e delas nos alimentamos enquanto preparávamos a segunda revolução. E remontando-nos a tempos mais distantes, ligamos a Comuna às jornadas de junho de 1848 e à grande Revolução Francesa. (...) a Revolução {de Outubro} encarnava uma tradição familiar, assimilada. Abandonando um mundo que, teoricamente, rejeitávamos e, na prática, minamos, penetraríamos em outro, com o qual nos familiarizamos pela tradição e pela imaginação. (TROTSKY, 1969:115)

A memória, na tradição marxista, está ligada de forma ineludível à sua utopia revolucionária, a seu projeto de transformação da sociedade e à sua própria concepção de história. “A história não teria valor algum se não nos ensinasse alguma coisa.” (TROTSKY, 1977a: 413), escreve o revolucionário russo. Seu olhar se volta ao passado em busca de pistas que apontem na direção do futuro libertado. E quando o faz, Trotsky aproxima sua compreensão do que o próprio Marx escreveu

E justamente quando parecem empenhados em revolucionar-se a si e às coisas, em criar algo que jamais existiu, precisamente nesses períodos de crise



revolucionária, os homens conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes emprestado os nomes, os gritos de guerra e as roupagens, a fim de apresentar e nessa linguagem emprestada. Assim, Lutero adotou a máscara do apóstolo Paulo, a Revolução de 1789-1814 vestiu-se alternadamente como a república romana e como o império romano, e a revolução de 1848 não soube fazer nada melhor que parodiar ora 1789, ora a tradição revolucionária de 1793-1795. De maneira idêntica, o principiante que aprende um novo idioma, traduz sempre as palavras deste idioma para sua língua natal; mas só quando puder manejá-lo sem apelar para o passado e esquecer sua própria língua no emprego da nova, terá assimilado o espírito desta última e poderá produzir livremente nela. (MARX, 1978: 17-18)

A metáfora do estudante de idiomas é particularmente ilustrativa de uma abordagem dialética da relação com o passado. Não se recorre a tempos antigos para ali restar imóvel: o aprendizado do passado – língua estrangeira –, seu perfeito domínio, deve conduzir ao uso adequado de suas ferramentas na libertação do presente. É por isso que, em seguida, Marx chama a atenção para o perigo de uma relação mistificada com épocas passadas

A revolução social do século dezenove não pode tirar sua poesia do passado, e sim do futuro. Não pode iniciar sua tarefa enquanto não se despojar de toda veneração supersticiosa do passado. As revoluções anteriores tiveram que lançar mão de recordações da história antiga para se iludirem quanto ao seu próprio conteúdo. A fim de alcançar seu próprio conteúdo, a revolução do século dezenove deve deixar que os mortos enterrem seus mortos (MARX, 1978: 20)

A história percebida dessa maneira conduz a uma apreensão da memória como acúmulo das experiências humanas em seu conjunto, componentes de uma tradição a ser preservada. A memória individual, no entanto, deve ser tomada com cuidado, confrontada à realidade objetiva, sob o risco de tornar-se mera mistificação. É assim que Trotsky irá defender o conteúdo científico de sua História da Revolução Russa: “A circunstância de ter o autor participado dos acontecimentos não o exime do dever de basear sua narrativa em documentos rigorosamente controlados” (TROTSKY, 1977: 17). Longe de ser seduzido pela retórica da “imparcialidade objetiva”, o autor impõe a si mesmo uma condição metodológica



capaz de limitar o componente subjetivo de suas recordações: “a de não lançar mão apenas do testemunho de sua memória”(TROTSKY, 1977:18).

Preocupado com as “forças motrizes da história” e seu caráter “supra-individual”, o revolucionário russo irá opor suas memórias às “variantes novas de romance pessoal”, à “descrição das incertezas de algum melancólico” (TROTSKY, 1977: 414), e à “história da carreira de um certo ambicioso”, depositando sua atenção nos “dramas coletivos que, na História, arrancam do nada centenas de milhares de seres humanos”, transformando a realidade e inserindo-os “para todo o sempre na vida da humanidade”.

Uma memória que não se encerra em si, um passado ainda vivo em seu legado, um estudo da história dirigido às transformações futuras. A abordagem feita pelo marxismo clássico sobre o passado e sua recordação é resultado da convergência desses três fatores. Não é possível compreender sua estrutura sem ter isso em consideração. Num ambiente acadêmico que, como já dissemos, alimenta uma sorte de desilusão paralisante na sua relação com o passado, retomar essas referências pode significar um enorme ganho para a produção historiográfica contemporânea.

CONCLUSÃO

Nas últimas décadas, as análises sobre o passado tenderam a um significativo deslocamento desde a utopia em direção à memória. Sintomático de transformações sociais profundas e de horizontes políticos radicalmente distintos dos de outrora, esse deslocamento posicionou a memória no centro do debate intelectual contemporâneo.

A reativação do passado que caracteriza nossa época é, sem dúvidas, a consequência do eclipse das utopias: um mundo sem utopias inevitavelmente volta seu olhar em direção ao passado. O surgimento da memória como discurso – como categoria abarcadora, metahistórica, inclusive às vezes “teológica” – no espaço público das sociedades ocidentais é o resultado dessa metamorfose. Por um lado, este discurso tomou a forma nostálgica e conservadora da patrimonialização(...) Por outro lado, adotou um humanismo compassivo, colorido indispensável do antitotalitarismo liberal. (TRAVERSO, 2012b: 295. Tradução Livre)



Esta relação contemplativa com o passado, muito diferente da estabelecida pelo materialismo histórico clássico, tem sido a norma nos estudos atuais sobre memória. Pouco presente no debate contemporâneo a esse respeito, o marxismo formulou um entendimento diverso, senão oposto, a respeito da dialética constituinte dos nexos entre passado e futuro

A visão marxista da história carregava em si uma prescrição mnemônica: era preciso inscrever os eventos do passado na nossa consciência histórica a fim de projetar-nos no futuro. Era uma memória “estratégica” das lutas emancipatórias do passado, uma memória orientada na direção do futuro. Hoje, o fim do comunismo interditou essa dialética entre passado e futuro, e o eclipse das utopias que acompanha nosso tempo presentista conduziu a memória marxista ao umbral da extinção. A tensão entre passado e futuro tornou-se uma sorte de dialética “negativa”, mutilada (TRAVERSO, 2016: 12. Tradução Livre)

O confronto às vozes que se apressaram em alardear o fim da história, a crise das ideologias, e a ineficácia das concepções classistas da realidade, trouxe como resultado uma preocupação extremamente proveitosa em dinamizar algumas ferramentas conceituais vinculadas ao marxismo. Justamente no debate com os que decretavam sua morte, o pensamento marxista demonstrou toda sua vitalidade. No que diz respeito à memória, no entanto, ainda há um longo caminho a percorrer. A ausência de uma elaboração explícita sobre o tema nos textos clássicos nos obriga a uma leitura detida e pormenorizada destas obras onde, sob diferentes roupagens, encontram-se difundidas concepções que podem auxiliar no desenvolvimento de reflexões críticas sobre a questão. Pistas que às vezes assombram por sua atualidade, e apontam para a importância de não permitir que os desejos se desfaçam em mera recordação.

A ressurreição dos mortos nessas revoluções tinha, portanto, a finalidade de glorificar as novas lutas e não a de parodiar as passadas; de engrandecer na imaginação a tarefa a cumprir, e não de fugir de sua solução na realidade; de encontrar novamente o espírito da revolução e não de fazer o seu espectro caminhar outra vez (MARX, 1978:19).



BIBLIOGRAFIA:

CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis**. Companhia das Letras, São Paulo, 2015, 12 reimpressão.

COELHO, Erelino. **Uma esquerda para o capital**. Tese de Doutorado defendida na Universidade Federal Fluminense, Niterói: 2005

FONTANA, Josep. **A História depois do fim da História**. Bauru: EDUSC, 1998

HARTOG, François. El historiador en um mundo presentista. In: DEVOTO, Fernando. **Historiadores, Ensayistas y Gran Público 1990-2019**. Buenos Aires, Ed Biblos, 2010

HELLER, Ágnes e FEHÉR, Ferenc. **Políticas de la postmodernidad**: ensayos de crítica cultural. Ediciones Península: Barcelona, 1989

HENSEL, Jana. **Zonenkinder**: i figli della germania scomparsa. Mimesis Edizioni: Milano/Udine, 2009.

MARX, Karl. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann**, 4ed. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1978

REVEL, Jacques. **História e Historiografia: exercícios críticos**. Ed. UFPR, Curitiba, 2010.

SARLO, Beatriz. **Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. Companhia das Letras: São Paulo. 2007

TRAVERSO, Enzo. **O passado, modos de usar**. História, memória e política. Unipop. 1ª Edição fevereiro de 2012a.

_____ **La Historia como campo de batalla**: interpretar las violencias del siglo XX. 1.ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2012b

_____ **Malinconia di sinistra**: una tradizione nascosta. Feltrinelli: Milão, 2016,

TROTSKY, León. **Literatura e Revolução**, Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1969

_____ **A História da Revolução Russa**: a tentativa de contra-revolução, v.2, 2ed., Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1977,



A História da Revolução Russa: a queda do tzarismo, v.1, 2.ed., Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1977b

WOOD, Ellen Meiksins. **¿Una política sin clases?** El postmarxismo y su legado, 1.ed, RyR: Buenos Aires, 2013, p.38. Tradução Livre